

***Amadores pensam em estratégia, gerais em logística:
o exército como mercado consumidor.***

Adler Homero Fonseca de Castro¹

Uma das premissas da história militar tradicional é a concentração no estudo das *operações* militares, ou seja o “conjunto de ações militares conduzidas para dar cumprimento a uma missão de qualquer natureza (estratégica, tática, logística² ou de instrução) ou para conduzir uma campanha; operação militar” (BIBLIEX, 2005: 634). Essas seriam as ações, movimentos de tropas, combates, táticas e estratégias de um conflito armado, uma guerra. Secundariamente, mas ainda dentro do escopo de pesquisas tradicionais, existe o trabalho com a organização militar, formação das tropas, armamento e equipamento, que geram por si um imenso interesse, havendo dezenas de livros dedicados a esses temas. No campo dos suprimentos a apreciação romântica das fardas usadas pelos soldados tem um atrativo todo especial, não só pelos interessados nas guerras, mas até para aqueles que não compreendem o que está envolvido atrás de uma ação militar qualquer – soldadinhos em miniatura são tão antigos quanto a formação dos estados centralizados, podendo se achados nas tumbas dos faraós, nas coleções de monarcas e como brinquedos infantis até os dias de hoje, sendo retratados em filmes como *Toy Story*.

O que caracteriza todo esse interesse no campo da história militar é, contudo, a relação que há entre esses assuntos e um conflito aberto, declarado, mesmo que em termos limitados. Poucos – praticamente nenhum – trabalhos se dedicam ao estudo das forças armadas fora do período de conflitos, a não ser vendo a paz como uma fase preparatória de uma guerra. Entretanto, tratar as forças armadas apenas nos períodos de conflito aberto e declarado é um reducionismo extremamente perigoso – a influência da guerra nunca se restringiu apenas ao período em que havia combates, na verdade algumas sociedades eram baseadas na preparação para um possível futuro combate, como as dos cavaleiros medievais. Esta questão da guerra afetando a sociedade fora de período de conflitos não é uma preocupação apenas de um passado longínquo. Se analisarmos a história do Brasil, veremos que até o século XX houve

¹ Pesquisador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Sócio da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHMTB), Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas em História Militar do Exército (CEPHiMEEx), Sócio do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil (IHGMB).

² “Logística, S.f. (Mil) Parte da arte da guerra que trata do planejamento e execução das atividades de sustentação das forças em campanha, pela obtenção e provisão de meios de toda sorte e pela obtenção e prestação de serviços de natureza administrativa e técnica.” (BIBLIEX, 2005: 548).

apenas curtos períodos em que não houve risco de guerra: no início da colonização (1500 a 1548), além da ameaça de ataques indígenas, como o que destruiu a feitoria de Américo Vespúcio, havia a ação de comerciantes estrangeiros na costa, piratas e corsários.

A partir de 1548, no período do Governo Geral, o perigo de guerras contra os nativos, continuou, adicionado pelo da revolta de escravos, invasões estrangeiras, como a do Rio de Janeiro entre 1555 e 1567, isso sem contar a permanente ameaça de ataques de corsários e³ mesmo simples de piratas, que podiam fazer incursões contra o país – Salvador, a capital do Brasil, sofreu um ataque pirata, quando “Black Bart”, que roubou um navio carregado de ouro dentro do porto da cidade (JOHNSON, 2009: 171).

O risco de um ataque *aumentou* a partir do período da União das Coroas Ibéricas (1580-1640), quando Portugal “herdou” os inimigos da Espanha – Holanda e Inglaterra, e com isso o risco de ser atacada por corsários, como Robert Withrington e Christopher Lister, que em 1587 ficaram um mês e meio pilhando o recôncavo da Bahia de todos os Santos. Quatro anos depois, Thomas Cavendish atacou Santos, em 1595 Lancaster saqueou Recife durante um mês e Oliver Van Noort atacou o Rio de Janeiro em 1599 (BERGER, 1975: 486 e segs.). Por sua vez, com as guerras holandesas, que marcaram profundamente todo o século XVII, o tamanho dos ataques cresceu – os neerlandeses fundaram seus primeiros fortes no Brasil, no Amazonas, em 1599 e de 1630 a 1654 eles dominariam boa parte do Nordeste Brasileiro. A expulsão dos invasores do Recife naquele último ano não terminaria o conflito, o que só ocorreria com a paz, nove anos depois. A Guerra da Restauração contra a Espanha só acabaria em 1668, mas não houve pausa nos embates que ocorriam no território nacional: já tinha começado a campanha que levaria à destruição de Palmares (1667-1695), seguida da Guerra do Açu (1687-1720) contra os indígenas no Nordeste do País – isso sem falar na construção da Colônia de Sacramento (1680) e o imediato contra-ataque espanhol que se seguiu.

Em termos de uma ameaça europeia, de 1688 a 1697 houve a Guerra da Grande Aliança, também conhecida como Guerra da Liga de Augsburg. Consideramos este conflito como particularmente interessante, pois pela historiografia tradicional, Portugal *não* participou dele. No entanto, Portugal construiu fortes no Amapá e Pará no contexto do

³ Navio de propriedade privada que recebia autorização governamental, uma *carta de corso*, para executar operações de guerra contra um inimigo, passando a ser considerado legalmente como combatente e, portanto, protegido pelas leis e costumes da guerra, em oposição a um *pirata*, que era um criminoso.

conflito e no último ano do conflito a França contra-atacou, destruindo as fortificações de Cumau e Paru. Ou seja, quando havia uma tensão na Europa, não era imaginável que os colonizadores se sentissem seguros, pois um ataque de surpresa sempre era plausível, como, de fato, ocorreria na Guerra da Sucessão Polonesa (1733-1738), um conflito no qual, oficialmente, não participou, mas que levou a ataques de dois membros da coalização inimiga ao Brasil: a França ocupou a ilha de Fernando de Noronha, sendo expulsa a força de armas, enquanto a Espanha cercou a colônia de Sacramento por dois anos (1735-1737), os ataques sendo repelidos.

No início do século XVIII houve a Guerra da Sucessão Espanhola (1702-1714), na qual Portugal participou, com consequências nas Américas: a Colônia de Sacramento foi novamente atacada (1704-1705) e houve os ataques e saque do Rio de Janeiro pelos Franceses (1710-1711). Podemos continuar com essa lista de ameaças por todo o século XVIII, como a Guerra dos Sete Anos (1756-1763); a contra os espanhóis no Sul (1763-1777), nem sempre aberta, mas em permanente risco de eclosão; finalmente as da Revolução Francesa e Napoleônicas (1794-1815). O Século XIX veria a continuação da ameaça de ataque francês, seguido da campanha de corsários platinos contra o Brasil (1817-1821), por causa da incorporação da Província Cisplatina, isso, sem falar na esquecida Guerra de Independência (1822-1826), que mobilizou as defesas do Brasil como nunca tinha acontecido antes, seguida da campanha contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, pela independência uruguaia (1825-1828).

O período da Regência (1831-1840) seria marcado por uma série de rebeliões, que se estenderiam até 1848: Cabanagem (PA), Balaiada (MA e PI), Sabinada (BA), Guerra dos Farrapos (RS e SC), Carneiradas (PE), Revolta do Guanais (BA), Insurreição do Crato (CE), Abrilada e Novembrada (PE), Setembrada (PE e MA), Revolta de Carrancas (MG) e Ruscas (MT). Estas rebeliões, contudo, não se interromperam com a coroação: a Farroupilha continuaria até 1845 e ainda estourariam a Revolta Liberal (MG e SP), Revolução Praieira (PE) (DONATO, 1987). Depois da estabilização interna, o Império se envolveu em intervenções no Prata em 1851-1852, 1854 e 1864 (Uruguai), 1856 e 1857-1858 (Paraguai), até o grande conflito de nossa história, a Guerra do Paraguai (1864-1870), isso sem falar nos riscos de guerra com a Inglaterra em 1844, 1850 e 1861.

Do ponto de vista do presente artigo, esta longa lista de conflitos serve para chamar a atenção de que, em 370 anos de história (de 1500 a 1870), o Brasil teve menos de 60 anos de “paz”, ou seja, aproximadamente cinco em cada seis anos de história do País foram de medo de um ataque externo ou de uma guerra na Europa que poderia resultar em um *raid*, isso sem falar no permanente risco de uma rebelião de escravos ou revoltas internas, das quais a história do Brasil está repleta. Ou seja, concentrar o estudo do papel das forças armadas apenas nos momentos em que houve combates é arriscado, pois não se encontra apoiado numa realidade concreta da situação militar vivenciada no Brasil – mesmo que as ameaças não afetassem todo o país, é importante levar em conta que as pessoas, na época, muitas vezes não sabiam disso: não se sabia que os espanhóis que atacaram Santa Catarina em 1777 não iriam atacar Salvador, o Rio de Janeiro ou Recife. Além disso, havia o problema de mobilização de uma área em paz para apoiar outra, diretamente envolvida em um conflito, como as tropas do Rio de Janeiro enviadas para lutar contra os holandeses em Salvador, em 1624, o que gerava a participação de elementos de uma região nos problemas de outra.

Como um dos princípios básicos do sistema de defesa até a época da Regência era que os moradores cuidassem de seus assuntos militares sem maior ajuda de Portugal, esse permanente estado de medo teve suas consequências gerava uma necessidade igualmente constante de defesa que não aparece nos estudos tradicionais de história militar ou mesmo na social. Na verdade, essa é uma das bases da “nova história militar”, que ao invés de se restringir ao estudo das ações militares ela trabalha também com outros aspectos, um deles a preparação para uma eventualidade em que as forças armadas seriam necessárias, isso envolvendo não apenas as tropas em si, mas toda a sociedade que dava apoio – voluntário ou não – a elas, com efeitos e duração muito maiores do que os de uma guerra aberta. Basta dizer que o Brasil há décadas não se envolve em um conflito armado externo há setenta anos, mas tem forças armadas de 314.000 mil homens, com mais 404.000 policiais militares. São 718.000 pessoas dedicadas diretamente a atividade militar – 0,35% da população, ou um em cada 284 habitantes do país. Podem parecer efetivos reduzidos, mas se somados aos das reservas, Guardas Municipais, e familiares, teremos um número na casa de alguns milhões de pessoas, bem mais do que a população indígena do Brasil (820.000 pessoas), que são um objeto comum de estudos por parte das ciências sociais, o que não se pode dizer com relação às forças armadas.

Um dos aspectos menos conhecidos da influência das atividades militares no Brasil são os efeitos do serviço militar. Não estamos falando do recrutamento, pois esse tipo de pesquisa é mais comum, nem que seja pelo impacto na imprensa e na documentação oficial ao longo dos anos, mas sim no funcionamento efetivo das tropas: quantos eram, onde estavam situados, qual o seu papel e envolvimento nos assuntos cotidianos das comunidades onde se situavam e assim por diante. Infelizmente os dados disponíveis são muito poucos – apesar de ser um assunto muito trabalhado pela história militar tradicional, no Brasil não há sequer estudos que digam quais unidades militares existiam em determinados momentos, só dados esparsos, de forma que é muito difícil tecer considerações mais específicas sobre o assunto. Uma pesquisa feita na região Norte, no período Colonial, aponta que cerca de 4% da população (ou uma em cada 25 pessoas), participava de unidades militares no final do século XVIII (NOGUEIRA, 2000). Uma lista – parcial, deve-se frisar – de forças existentes no Brasil por volta de 1825 aponta que o Exército tinha 26.000 homens, enquanto as milícias contavam com mais 109.000 (MAPA, c. 1825) – e isso numa época que a população do país era quarenta vezes menor do que na atualidade. Era um índice de participação militar de um homem para cada 37 habitantes, sem incluir as ordenanças.⁴ São dados que mostram uma participação de 6 a 10 vezes maiores do que a atual e que adquirem maior importância quando levamos em conta que não levamos em conta os que não poderiam servir: mulheres, menores de idade, homens acima de 50 anos, crianças, índios e escravos. Na prática, o número de homens adultos em idade militar era muito reduzido: um levantamento feito em Mato Grosso no final do século XVIII aponta que em uma população de 24.000 pessoas, apenas 2.748 estavam em condições de servir nas tropas – 11,5% (SERRA, 1800). Desta forma, quando falamos em participação militar no período colonial ou no início do Império, na prática, estamos tratando de praticamente *todos* os homens livres, um imenso esforço sob qualquer aspecto e também um que demandava despesas elevadas para sua manutenção e funcionamento.

Esta é uma questão importante neste pequeno texto: nos modelos explicativos tradicionais da economia colonial⁵ se divide a sociedade brasileira, de forma muito simplificada, em senhores e escravos, enquanto postulamos que, ainda de maneira muito simplista, essa divisão deveria ser de, pelo menos, senhores, soldados e escravos. Mas não é

⁴ As ordenanças eram uma milícia de defesa local, na qual todos os homens em idade militar que não estivessem servindo no Exército ou nas milícias deveriam pertencer.

⁵ Para uma discussão desses modelos explicativos para o período colonial, ver (FRAGOSO, 2012).

esse o ponto, o que parece ser claro é que o modelo real da sociedade colonial e do Império era bem mais complexo que qualquer proposta reducionista aponta. A questão deve ser vista de outra forma: se a participação militar era tão expressiva – e isso é o que importa – como essas pessoas eram sustentadas? Soldados não são escravos, mas ainda que fossem, teriam que ser alimentados e equipados. Além disso, suas armas tinham que ser municiadas, de outra forma as forças armadas não poderiam atuar: canhões sem pólvora e balas são apenas grandes e pesados pedaços de ferro velho. Soldados, sem alimento ou pagamento, desertam.

Era necessário dar um mínimo de condições para o funcionamento dessas tropas e nesse momento entramos no que é o ponto central do presente texto: como se abasteciam as tropas? Essa é a razão do título deste trabalho, pois a frase *amadores pensam em estratégia, generais em logística*, relata uma realidade: a questão do abastecimento deve ser sempre central no pensamento das lideranças militares, mesmo que seja desconsideradas pelos moradores pois, sem meios, uma tropa perde a disciplina e se transforma numa turba sem eficácia para exercer suas funções, como ocorreu em diversos momentos da história. Por exemplo, em 1645, um ataque a vila de Itamaracá, as tropas portuguesas que participaram do ataque dispersaram-se para poder saquear a vila, já que o seu pagamento e suprimento era muito irregular e, como resultado, os holandeses conseguiram se reorganizar e derrotar os atacantes (JESUS, 1844: 359). Outro efeito é que, sem suprimentos, uma força é obrigada a se render de forma muito rápida: quando os paraguaios foram cercados em Uruguaiana, tiveram que capitular em apenas dois meses, já com seus soldados muito debilitados pela fome. Isso porque as necessidades de suprimento são muito grandes: um regimento de cavalaria consumia cerca de seis toneladas e meia de alimentos e forragem, todos os dias, um batalhão de infantaria, com seu efetivo completo (816 soldados em 1851), consumia 204 kg de farinha, 367 kg de carne fresca, 188 kg de arroz, 94 kg de toucinho, 49 kg de sal e um pouco mais de uma tonelada de lenha para cozinhar isso, de acordo com as tabelas oficiais do Exército – são duas toneladas de alimentos e material, *por dia* (TABELA, 1833).

Em tempo de paz, os comandantes das unidades do exército tinham condições de contratar o fornecimento de alimentos com intermediários, o problema do abastecimento só ficaria mais evidente em operações de guerra, pois os acordos estabelecidos em tempo de paz eram rompidos muito rapidamente e o consumo crescia de forma exponencial: na Guerra do Paraguai (1865-1870), uma das razões porque as operações foram interrompidas logo após a

entrada das forças aliadas naquele país foi a falta de cavalos: com um efetivo de 21.000 homens, havia apenas seiscentos animais, devido ao atrito normal de uma campanha. A perda de cavalos foi tanta que era impossível movimentar as forças e a cavalaria ficou a pé – o 1º Regimento de Artilharia a Cavalos é conhecido até hoje pelo apelido “boi de botas”, pois teve que usar bois para rebocar seus canhões. No final da Guerra, o Conde d’Eu teve que fazer contratos com fornecedores particulares para a venda de mais de 2.000 cavalos *por mês*, para que seu exército mantivesse a mobilidade.

A administração das forças armadas era um custo elevado: em meados do século XIX um soldado tinha um equipamento completo de 54 objetos, desde o fuzil até uma simples esteira para colocar na sua tarimba, no valor total de 102.600 réis (o valor de seiscentos dias de trabalho deste mesmo soldado). Equipar um batalhão custaria 8.400 contos de réis, o equivalente ao pagamento de 382 operários não especializados durante um ano no Arsenal de Guerra.⁶ Esses custos não podiam ser encarados como gastos momentâneos: alguns dos itens fornecidos aos soldados eram de longa duração, como as armas, que deveriam durar dez anos, ou até muito mais, de acordo com as circunstâncias. Outros, contudo, tinham que ser substituídos à medida que inevitavelmente se desgastavam – e isso ocorria rapidamente e de forma constante. Sapatos tinham que ser trocados a cada oito meses, se não antes. Obviamente, a munição era descartável, a cada disparo, a pólvora e bala eram gastos e não podiam ser reutilizados, o que também gerava um gasto elevado: uma salva de 21 tiros dada por canhões de médio porte, o que seria comum nas fortalezas em dias de festa ou quando um navio de guerra entrava no porto, podia consumir 29 quilos de pólvora,⁷ transformados, literalmente, em fumaça. Em ocasiões especiais, o gasto podia ser ainda maior: em um aniversário do Rei D. José, o Arsenal do Rio teve que distribuir 710 kg de pólvora para as salvas comemorativas do evento (SILVA, 1776).

Como se pode ver, as necessidades de consumo de um exército com milhares de homens faz com que haja interesse na logística de uma campanha militar – de fato, há uma certa bibliografia sobre o assunto no Brasil, em especial no tocante à guerra do Paraguai. Mas, e o suprimento em “tempo de paz”? Como colocamos, os exércitos não deixam de existir quando não há operações militares ocorrendo, mas a questão do suporte para essas tropas não

⁶ Cálculo baseado em um *jornal*, pagamento diário, de 600 réis para um servente (OFÍCIO, 1850). A listagem de equipamento de um soldado, com seus valores, pode ser vista no (BRASIL - DECRETO, 1848).

⁷ Usamos como base de cálculo um canhão de 9 libras, como os que eram usados na Fortaleza de Villegaignon para saldar os navios de guerra estrangeiros (CASTRO, 2009: 297). p. 297

é tratado na historiografia tradicional, militar ou civil, como se as maciças forças militares existentes no País pudessem ser ignoradas e se sustentassem no ar, sem apoio. Como dissemos antes, não se sabe sequer o número e efetivos das unidades militares existentes no País no Período colonial e nos primeiros anos do Império – dados sobre a estrutura de suprimentos para sustenta-las, então, são ainda mais ignorados e difíceis de obter. Consideramos isso curioso e, talvez, um erro dos pesquisadores, já que há uma vasta documentação histórica sobre o assunto: boa parte da documentação produzida pela administração militar, tanto na Colônia, quanto no Império, diz respeito à questão do funcionamento das forças armadas, sua administração, fardamento, alimentação e alojamento.

Parte do material fornecido às forças armadas era enviado diretamente de Portugal ou, mais tarde, da Europa, como as armas ou o tecido para uniformes, já que o pano usado nas fardas até os anos de 1910 era a lã, material que não era produzido no Brasil. Outros itens podiam ser ou produzidos localmente, como reparos de artilharia⁸ ou palamenta⁹, já que seria mais econômico e conveniente fabricá-los no País, especialmente considerando que um pedido feito para a Europa podia levar anos para ser atendido.

Essa foi a razão por que, desde cedo, se implantaram estruturas manufatureiras nas colônias portuguesas, destinadas a atender as necessidades locais, pelo menos em termos de alguns itens mais necessários. Isso apesar de haver menções a fabricação de elementos de ala tecnologia desde o século XVII, como a existência de uma fundição de canhões em Pernambuco (MORENO, 1969: 64): não se conhecem produtos desta fundição, que só aparece na documentação e talvez nunca tenha sido efetiva, mas podemos dizer que não seria um absurdo completo se pensar numa instalação como essa no Brasil, já que Portugal tinha uma fundição de canhões em Goa, sua capital na Ásia. Entretanto, a existência de tal instalação é um contrassenso, pelo menos em termos dos modelos tradicionais de explicação da economia colonial e dos primeiros anos do Império. Estes enfatizam a dependência brasileira da economia europeia em termos de importação de produtos manufaturados: pelo modelo clássico, não poderia haver a transformação de produtos primários no Brasil. Acreditamos que o fornecimento de material bélico é uma séria contradição a esse modelo,

⁸ Reparo, S.m. (Log) 3. Conjunto mecânico sobre o qual é colocada uma arma para atirar, dando-lhe estabilidade e precisão na execução da pontaria e do tiro. (BIBLIEX, 2005: 787).

⁹ Palamenta, S.f. (Art) Jogo de instrumentos, ferramentas, acessórios e outros petrechos necessários ao serviço da boca-de-fogo (Soquete, escovilhão, chave de espoleta, etc). (BIBLIEX, 2005: 655).

nem que seja pelo volume de consumo exigido pela simples existência de forças armadas locais: era necessária uma grande estrutura para atender as necessidades da tropa.

Um esforço mais evidente na implantação dessa estrutura surge no período pombalino, quando são criados os Arsenais de Guerra e de Marinha, tanto no Brasil quanto em Portugal. Anteriormente já havia os *Trens*,¹⁰ com funções de produzir artigos militares e esse conjunto formava uma estrutura bem ampla: enquanto em Portugal existiram apenas dois arsenais do Exército, os de Lisboa e, brevemente, do Porto, no Brasil foram criadas instalações semelhantes, se bem que de menor porte, em Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Cuiabá, sem contar as casas do trem que não foram elevadas a situação de Arsenal, como a de Santos. Ao mesmo tempo foram estabelecidos Arsenais de Marinha, com objetivo de apoiar as frotas que operavam no Atlântico Sul e construir navios para a esquadra portuguesa, alguns deles os de maior porte na época, como a Nau D. Sebastião, lançada ao mar no Arsenal da Bahia.

A esses grandes estabelecimentos, se somavam os laboratórios pirotécnicos, instituições de fabricação de munição, existentes praticamente em todas as províncias, já que o envio de cartuchos prontos em longas distâncias não era conveniente. Houve até uma fábrica de pólvora na Bahia no século XVIII, em pleno período colonial, que foi substituída pela fábrica de pólvora do Rio de Janeiro, em 1809. Ou seja, havia um arcabouço manufatureiro no País, e esse não era desprezível – do ponto de vista do presente artigo, o que consideramos relevante não é exatamente a existência dessas instituições manufatureiras, mas sim suas inferências em termos dos modelos explicativos tradicionais da economia colonial e primeira metade do século XIX: esses, como já apontamos, colocam que o Brasil era dependente e completamente subordinado à economia europeia; também que não havia manufaturas ou fábricas no País, estas sendo até proibidas no período colonial. Talvez mais importante, os modelos apontam que não havia uma “classe média” ou mesmo um proletariado, apenas senhores e escravos. Isso é obviamente uma redução simplista e que não retrata a realidade, mesmo em uma análise cursiva da documentação e até em termos de simples lógica.

¹⁰ Trem de Guerra, (Instal Mil) 2. Ant. Arsenal de guerra, depósito de munições ou oficina militar (BIBLIEX, 2005: 907).

Apesar dos problemas, o modelo tradicional tem muita repercussão na historiografia. Pesquisas empíricas apontam para suas contradições¹¹ só que não há estudos semelhantes sobre a existência das estruturas de logística militar que apontem para os problemas das explicações usuais. Essas estruturas existem, no entanto ainda são necessárias pesquisas para definir seu impacto na estrutura social e econômica do Brasil Colonial e Pré-industrial. A falta desses estudos certamente tem muitas explicações, mas não deixa de ser curiosa levando-se em conta o tamanho da iniciativa governamental na área de produção de artigos militares. Podemos citar, por exemplo, Heitor Ferreira Lima, que atribui ao Barão de Mauá um papel indutor no fomento da produção industrial, colocando o seguinte:

Em consequência desse impulso inicial [de Mauá], já em 1850 o Brasil possuía 72 fábricas para manufaturas de chapéus, velas, sabão, cerveja, cigarros e tecidos de algodão, das quais 50 estavam localizadas na Província do Rio de Janeiro, 10 na Bahia, 4 em Pernambuco, 2 no Maranhão e as demais espalhadas por São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

Eram fábricas pequenas, usando poucas máquinas, que ainda eram muito caras, mas que apresentavam produtos de notável acabamento, embora fossem de âmbito apenas local, não se realizando quase intercâmbio de manufaturados entre Províncias. Dentre todos estes estabelecimentos industriais, destacava-se em dúvida, o da Ponta da Areia, que produzia tubos para encanamentos, caldeiras, pontes metálicas, navios, guindastes, etc., tendo merecido por isso menção especial no Relatório do Ministro da Fazenda de 1850 (LIMA, 1973: 264).

Essa citação adquire especial importância quando vemos que ela *não* menciona as instalações manufatureiras dedicadas ao abastecimento militar – cerca de 20 naquele ano e, ainda mais importante do que o simples número de instalações do governo, era seu vulto. Algumas das manufaturas do Exército eram pequenas, como os laboratórios pirotécnicos provinciais, mobilizando uns poucos operários. Por outro lado, o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, em 1852, tinha 857 operários – e ele era ainda de menores dimensões do que o Arsenal de Marinha. Para efeitos de comparação, podemos lembrar que a fábrica de Mauá, a Fundação da Ponta da Areia empregava, no mesmo ano, apenas 420 trabalhadores (OLIVEIRA, 1987: 297). Em termos de mobilização da mão de obra, podemos citar o caso das costureiras do Arsenal de Guerra, trabalhadoras que, em um sistema de *putting out*,¹²

¹¹ Para um rápido levantamento desses estudos, ver (FRAGOSO, 2012: 108-109).

¹² *Putting out*: sistema de subcontrato de trabalho, onde uma instalação central distribuiu serviços para serem completado fora dessa instalação central, usualmente em suas casas.

costuravam as fardas dos soldados – estas em 1860 numeravam mais de 4.440 pessoas empregadas, cerca de 1,5% da população da cidade naquele momento – percentagem que, se fosse trazida para a população da cidade nos dias de hoje, implicaria no emprego de mais de cem mil pessoas. Certamente, os Arsenais do Rio de Janeiro eram as instituições que tinham o maior número de empregados no País.

Para concluir, o que gostaríamos de frisar é a necessidade de se ir muito além da história militar tradicional para se perceber a influência das forças armadas na sociedade nacional. Até que ponto os militares foram relevantes no processo de industrialização nacional? Como funcionava o sistema logístico das forças armadas, especialmente em áreas afastadas? Afinal uma guarnição de algumas dezenas de soldados muitas vezes era o maior empregador e consumidor de produtos nas afastadas fronteiras da Colônia e Império. Infelizmente, ainda são assuntos a serem pesquisados – esse texto é muito curto para ir além de breves considerações sobre o tema, mas consideramos importante notar que ignorar-se esse papel na história econômica do País significa correr sérios riscos de simplesmente não se compreender o que estava acontecendo.

Bibliografia

BERGER, Paulo *et alii*. Incursoes de corsários e piratas à Cosa do Brasil – 1500-1622. IN: *História Naval Brasileira*. Vol. I, Tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975.

BIBLIEX - BIBLIOTECA DO EXÉRCITO. *Dicionário militar brasileiro*. Rio de Janeiro : Bibliex, 2005.

BRASIL - DECRETO nº 547 de 8 de Janeiro de 1848. Aprova a Tabela dos preços de diversos artigos de armamento, equipamento, arreios, fardamentos e mais objetos para o Exército e Fortalezas.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2009.

DONATO, Hernani. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1987.

FRAGOSO, João. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de monarquia pluricontinental: notas de um ensaio. *História*. v. 31, n. 2, jul./dez. 2012.

- JESUS, Raphael de. *História da Guerra entre o Brasil e a Holanda*. Paris: J.P. Aillaud, 1844.
- JOHNSON, Charles. *A general history of the robberies & murders of the most notorious pirates*. London: Conway, 2009.
- LIMA, Heitor Ferreira. *História Político-Econômico e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- MAPA da força militar das províncias, incluindo-se o Rio de Janeiro. Sl [182_]. Supostamente 1825. Mss. Biblioteca Nacional.
- [MORENO, Diogo de Campos] suposto autor. *Livro que dá razão ao estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.
- NOGUEIRA, Shirley. *Razões para Desertar: a institucionalização do Exército no Grão-Pará no último quartel dos setecentos*. Belém: UFPA, 2000. Dissertação de Mestrado (mimeo).
- OFÍCIO do diretor do Arsenal José Maria da Silva Bittencourt ao Ministro da Guerra, Manoel Felizardo de Souza e Mello, sobre vencimentos de soldados inválidos. 3 de outubro de 1850. Mss. Arquivo Nacional.
- OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. *A pré-indústria fluminense: 1808/1860*. Tese de Doutorado. São Paulo: 1987. (mimeo).
- SERRA, Ricardo Franco de Almeida. *Plano de Guerra e defesa da capitania do Mato Grosso enviado ao governador Caetano Pinto da Miranda Monte Negro*. Coimbra, 31 de janeiro de 1800. Mss. Biblioteca Nacional.
- SILVA, Crispim Teixeira, Sargento Mor Intendente. *Relação das Obras, Munições e mais Petrechos que se tem feito no Trem de S. Majestade Fidelíssima do Rio de Janeiro, no tempo Governo do Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Marquês do Lavradio Vice Rei e Capitam General de Mar e Terra do Estado do Brasil, continuado de 31 de outubro de 1769, até 31 de Agosto de 1776*. Mss. Coleção Particular.
- TABELA dos preços por que, em consequência do artigo 5º da Lei de 24 de Novembro de 1830, foram avaliados pelo Arsenal de Guerra, para o segundo semestre do corrente ano de 1833, os gêneros de que se compõem as sete rações de etapes, e forragem do

Exército, segundo a lei de 24 de setembro de 1828. Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Antero José Ferreira de Brito, 1 de julho de 1833. Mss. Arquivo Nacional.